



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 56 31/03/2014

1. Nordeste: Presidente Dilma visita o Ceará e libera verbas para obras contra a seca.

No dia 19 do mês de março em curso, a Presidente Dilma visitou o estado do Ceará onde fez pronunciamento ao lado do governador Cid Gomes e destacou a importância de obras de segurança hídrica para combater os efeitos das secas. Entre as obras está a interligação do Eixo das Águas com a Transposição do Rio São Francisco. Ela mencionou que os programas sociais implantados pelo Governo Federal livraram o Ceará de possíveis assaltos a estabelecimentos e a órgãos públicos, como ocorriam no passado.

Disse acreditar na eficácia de todos os mecanismos de proteção e de garantia, como o Bolsa Família e o Bolsa Safra, e se orgulha de não ter havido nenhum movimento de avanço a mercearias e a mercados, como acontecia no passado. Ela ressaltou, ainda, que seu governo não está fazendo apenas pequenos reparos e trechos emergenciais, mas sim obras estruturantes. A Presidente assinou ordens de serviço, entregou obras e anunciou investimentos para o abastecimento de água e ampliação da rede elétrica do Estado.

Em Fortaleza, entregou caminhões caçamba, motonivaladoras, pás carregadoras e caminhões pipa provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), beneficiando 140 municípios cearenses. A Presidente anunciou também a liberação de recursos para a ampliação da rede elétrica do Estado. Na tarde do mesmo dia, ela seguiu para a cidade de Sobral, no norte do Estado, onde anunciou o início das obras de implantação de sistemas de abastecimento água em 37 municípios, beneficiando 5.108 famílias.

2. DNOCS – O presidente da Câmara Federal reúne-se com a ministra do Planejamento.

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, juntamente com parlamentares da bancada nordestina, esteve reunido com a ministra do Ministério do Planejamento, Miriam Belchior, para tratar da atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. O intuito da reunião era fortalecer o órgão e dar-lhe mais eficiência nas ações de combate aos efeitos da estiagem prolongada que assola a região nordestina. A reunião, ocorrida no dia 25 do mês de fevereiro último, teve como pontos principais da agenda a necessidade de reestruturação e a de concessão de maior autonomia administrativa ao órgão.

Segundo os parlamentares, o Dnocs, que é o principal instrumento do governo federal para a política de obras hídricas na região, está subdimensionado em sua estrutura administrativa e possui poucos técnicos capacitados a implantar e a manter os projetos necessários para enfrentar os desafios que uma seca tão prolongada apresenta. Além de novas atribuições, como uma possível atuação nacional do órgão, os parlamentares defenderam medidas



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

emergenciais para que o Dnocs possa atuar efetivamente em ações de enfrentamento das secas e convivência com as estiagens prolongadas.

Os parlamentares propõem a reestruturação e o dimensionamento adequado do Dnocs, com atribuições bem definidas e sem superposição com a missão de outros órgãos federais, como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – e que a medida seja enviada ao Congresso sob a forma de Medida Provisória (MP), conforme pedido da bancada nordestina, onde o texto será analisado.

3. No Semiárido falta água para as atividades cotidianas.

Enquanto em Brasília os parlamentares da bancada nordestina reconhecem as deficiências do Dnocs, principal instrumento de ação do governo federal no combate aos efeitos da seca, e tentam torná-lo capaz para exercer suas funções, as populações do Semiárido sofrem, em suas atividades diárias, as consequências do colapso dos serviços públicos de abastecimento de água.

No meio rural, a falta de chuvas prejudica as atividades agrícolas e pecuárias. Nas comunidades urbanas, tornou-se comum os municípios mudarem o ponto de captação de água porque os mananciais em uso secaram ou laudos de potabilidade atestaram que a água estava imprópria para o consumo humano. Há casos de municípios fazerem essa mudança mais de uma vez porque a fonte alternativa também secou ou ficou imprópria. Nesses casos são construídas adutoras emergenciais que por vezes chegam a dezenas ou centenas de quilômetros de extensão ou então são alocadas frotas de carros pipa para o transporte de água percorrendo distâncias cada vez maiores.

São convocadas reuniões em que participam representantes dos órgãos gestores – entre eles os de recursos hídricos, os defensores dos direitos dos cidadãos, os atuantes no desenvolvimento agrário, na defesa civil e na defesa sanitária, os do Exército Brasileiro, as autoridades municipais e as entidades da sociedade civil – tendo como objetivo discutirem e apontarem soluções para os desafios enfrentados pelas populações do Semiárido. Os debates se prolongam por horas e não chegam a resultados animadores deixando a todos preocupados, pois não há água em quantidade e qualidade suficientes.

4. Governo autoriza venda de milho subsidiado para região da SUDENE.

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab – divulgou nota sobre a Portaria Interministerial Nº 223, publicada no Diário Oficial da União, no dia 20 de março corrente, que trata de autorização pelo Governo da venda de milho subsidiado para áreas atendidas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e determina o seguinte:



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

A comercialização de milho em grãos dos estoques públicos a preços subsidiados pelo Programa de Vendas em Balcão, para os municípios localizados na área de atuação da Sudene, está prorrogada até o dia 30 de junho deste ano.

A medida era esperada com grande expectativa, uma vez que os criadores de animais localizados nessas regiões vêm sofrendo, desde 2012, com as adversidades climáticas. Eles contam com essa modalidade de comercialização Vendas em Balcão, operada pela Conab, para a complementação da alimentação de seus rebanhos.

Com a prorrogação, os criadores de pequeno porte de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos poderão continuar adquirindo o grão por R\$ 18,12 a saca de 60 kg, dentro do limite de 3 toneladas de milho por mês. O enquadramento do beneficiário, para participar do Programa, tem como base o plantel de cada produtor, registrado no Sistema de Cadastro Técnico do Programa de Vendas em Balcão da Conab. O programa vai contar com até 490 mil t de milho para atender os criadores.

A Operação Especial do Programa de Vendas em Balcão foi autorizada pela Portaria Interministerial nº 601, de 29 de junho de 2012, e valeria até 31 de dezembro daquele ano. O prazo foi prorrogado pelas Portarias Interministeriais nº 1.171, de 26 de dezembro de 2012; 103, de 27 de fevereiro de 2013; 220, de 16 de abril de 2013; 497, de 5 de julho de 2013 e 985, de 9 de outubro de 2013.

A portaria interministerial é um ato administrativo contendo ordens e instruções acerca da aplicação de leis. O documento é autorizado pela presidência da República e editado pelos ministérios da Agricultura, da Fazenda, do Planejamento e do Desenvolvimento Agrário. A Portaria é imprescindível para que a Conab possa vender o milho subsidiado, por valor inferior ao valor de compra, por meio do Programa Vendas em Balcão. Sem tal autorização, a Conab só poderia comercializar o milho a preço de mercado, que hoje está entre R\$ 40,00 e R\$ 60,00 a saca.

5. FNE SECA - Programa Emergencial para Seca.

O Programa Emergencial para Seca - FNE SECA –, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) do Banco do Nordeste, objetiva promover a recuperação ou preservação das atividades de produtores rurais e das atividades de empreendedores afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da Sudene, em municípios decretados em situação de emergência ou em estado de calamidade pública reconhecidos pelo Ministério da Integração Nacional a partir de 1º de dezembro de 2011. A Tabela 1 abaixo apresenta a estatística atual do Programa.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Secretaria de Política Agrícola
 Departamento de Economia Agrícola
 Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Tabela 1 - FNE Seca 2012/2013 - Contratações por Programa (Em R\$ 1,00).
 Posição 31/12/2013

UF	Programa	Contratações	
		Qtde. Operações	Valor Total Aplicado (A)
AL	FNE SECA	607	21.336.392
	PRONAF SECA	16.638	98.811.984
	Total AL	17.245	120.148.376,40
BA	FNE SECA	3.067	137.884.766
	PRONAF SECA	112.555	578.784.734
	Total BA	115.622	716.669.500,40
CE	FNE SECA	3.813	162.785.275
	PRONAF SECA	79.069	462.661.996
	Total CE	82.882	625.447.271,10
ES	FNE SECA	16	1.226.588
	PRONAF SECA	203	2.428.689
	Total ES	219	3.655.277,00
MA	FNE SECA	451	19.023.797
	PRONAF SECA	21.699	106.015.273
	Total MA	22.150	125.039.069,50
MG	FNE SECA	1.336	65.831.244
	PRONAF SECA	33.790	198.558.024
	Total MG	35.126	264.389.267,60
PB	FNE SECA	2.397	90.292.661
	PRONAF SECA	48.620	195.467.944
	Total PB	51.017	285.760.605,70
PE	FNE SECA	3.133	145.701.589
	PRONAF SECA	75.303	421.662.737
	Total PE	78.436	567.364.326,50
PI	FNE SECA	1.991	66.171.206
	PRONAF SECA	55.467	301.018.861
	Total PI	57.458	367.190.067,40
RN	FNE SECA	1.787	76.062.580
	PRONAF SECA	34.533	190.297.304
	Total RN	36.320	266.359.884,10
SE	FNE SECA	606	22.686.448
	PRONAF SECA	11.628	85.322.333
	Total SE	12.234	108.008.780,70
TOTAL FNE SECA		19.204	809.002.546,70
TOTAL PRONAF SECA		489.505	2.641.029.879,70
TOTAL GERAL		508.709	3.450.032.426,30

Fonte: Ambiente de Políticas de Desenvolvimento/BNB